

## Termo de Referência

### 1. Objeto:

O presente tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE**, específicos para atender Grupo de Pericias Externas do Setor Técnico Científico da SR/DPF/MS, conforme especificações, quantidades e condições constantes deste Edital e seus Anexos.

#### 1.1 Material:

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	Valor Médio Unitário	Valor Médio Total	Margem de Preferência
1	<b>Auxiliar de partida 12V com compressor:</b> portátil, alimentação - 110V/220V AC ou 12V DC, com potência nominal mínima de 350A, porta USB e compressor de ar integrado de potência mínima de 100 PSI.	Unidade	6	R\$425,08	R\$ 2.550,48	
2	<b>Parafusadeira/Furadeira à bateria de 12V de Lítio-íon:</b> alimentação - 110V ou 110V/220V AC, diâmetro mínimo de mandril – 3/8"; regulagem de torque e velocidade variável reversível; torque máximo 27 N.m ou superior; com uma bateria sobressalente cada e maleta;	Unidade	2	R\$546,14	R\$ 1.092,28	Decreto nº 8224/2014 NCM 84.67 Margem Normal: 15% Adicional: 5%
3	<b>Esteira dobrável:</b> estrutura tubular com base rígida, forrada com espuma e revestida com material sintético; apoio para cabeça; 6 rodízios giratórios; capacidade mínima de 100 kg.	Unidade	5	R\$222,57	R\$ 1.112,85	
4	<b>Mini macaco hidráulico tipo jacaré:</b> com capacidade de 2 toneladas, alavanca de acionamento e maleta; altura de trabalho: • Altura mínima: 135mm ou inferior; • Altura máxima: 330mm ou superior.	Unidade	3	R\$151,30	R\$ 453,90	
5	<b>Cavalete 2 toneladas:</b> cavalete de apoio com capacidade de 2 toneladas; pintado com tinta anti-oxidante; altura de trabalho: • Altura mínima: 325mm ou inferior; • Altura máxima: 515mm ou superior.	Unidade	3	R\$74,14	R\$ 222,42	
Total estimado.....					R\$ 5.431,93	



**1.2.** Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

**1.3. Deverão** ser fornecidas assistência técnica no Estado do Mato Grosso do Sul, devendo ser indicado o prestador de serviços na apresentação da proposta final de preços.

#### **2.1. Local de Entrega**

Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul - Núcleo Administrativo

Endereço: Rua Fernando Luiz Fernandes, nº 322 – Vila Sobrinho

Campo Grande/MS – CEP: 79110-503.

#### **2.2. Prazo de Entrega**

Para fornecimento dos itens: o prazo máximo será de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da nota de empenho.

### **3. Do recebimento do material:**

**3.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente pelo NAD/SR/DPF/MS, e definitivamente pelo SETEC/SR/DPF/MS após verificada a conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**3.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**3.3.** O material poderá ser submetido ao Setor Técnico Científico - SETEC desta Regional para perícia e comprovação de que os mesmos atendem as exigências editalícias.

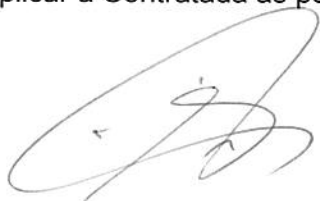
### **4. Das obrigações da Contratante e da Contratada**

#### **4.1. Obrigações da CONTRATANTE**

I. Acompanhar e atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

II. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA;

III. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.




#### **4.2. Obrigações da CONTRATADA**

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- I. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, substituindo, em até 05(cinco) dias úteis, materiais recusados por defeito ou irregularidades;
- II. Verificar junto às empresas fornecedoras/fabricantes dos materiais especificados, a disponibilidade e prazos de entrega dos mesmos, não podendo alegar posteriormente problemas de fornecimento e/ou impossibilidade de aquisição como motivos que justifiquem atrasos no fornecimento;
- III. Responder satisfatoriamente qualquer questionamento do representante da SR/DPF/MS, inerentes ao objeto da contratação;
- IV. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação previstas no Edital.
- V. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, certificado de garantia e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- VI. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- VII. Não poderá a contratada subcontratar nenhum dos itens a serem licitados.

#### **5. Do pagamento**

- 5.1. O recebimento e a aceitação do objeto de licitação obedecerão ao disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei 8.666/93.
- 5.2. O pagamento integral será efetuado pelo NEOF/SR/DPF/MS, em moeda corrente nacional, por Ordem Bancária, em até o trigésimo (30º) dia da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura pertinente, quando do recebimento definitivo do material, devidamente atestado pelo setor competente. Será admitido o pagamento parcial referente às mercadorias entregues até o final do exercício corrente.
  - a) Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.



- 5.3. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de sua utilização.
- 5.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aquelas de filiais ou da matriz. As Notas Fiscais deverão conter discriminação idêntica à contida na respectiva Nota de Empenho.
- 5.5. Antes da emissão da Nota de Empenho, será feita consulta "on line" ao SICAF, para verificação da regularidade da empresa.
- 5.6. Conforme Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11.01.2012, publicada no Diário Oficial da União de 12.01.2012 - Seção 1, serão retidos os percentuais referentes a tributos e contribuições federais, exceto no caso de pessoas jurídicas optantes pelo "SIMPLES".

## **7. Das Sanções Administrativas.**

- 7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- 7.1.1. Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
  - 7.1.2. Apresentar documentação falsa;
  - 7.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
  - 7.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 7.1.5. Não manter a proposta;
  - 7.1.6. Cometer fraude fiscal;
  - 7.1.7. Comportar-se de modo inidôneo.
- 7.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 7.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:




- 7.3.1.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 7.3.2.** Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 7.4.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 7.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 7.6.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,
- 7.7.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.8.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas neste Termo de Referência e no Anexo III – Direitos e Obrigações do SRP.
- 7.9.** Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados para a prestação, total ou parcial, do(s) serviço(s), deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência.
- 7.9.1.** A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo de execução dos serviços, deverá ser encaminhada ao NAD/SELOG/SR/DPF/MS, até o vencimento do prazo de prestação inicialmente estipulado, ficando a critério do Contratante a sua aceitação.
- 7.10.** Vencido o prazo proposto, sem prestação do serviço, total ou parcialmente, o Contratante oficiará à Contratada comunicando-lhe a data-limite para a regularização de sua prestação. A partir dessa data considerar-se-á inadimplência, sendo-lhe aplicada a sanção de que trata o Parágrafo terceiro desta Cláusula.
- 7.11.** As multas devidas e/ou prejuízos causados ao Contratante pela Contratada serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos mediante GRU em favor da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Mato Grosso do Sul, ou cobrados judicialmente.



- 7.12. A Contratada inadimplente que não tiver valores a receber do Contratante, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa, na forma estabelecida no parágrafo anterior.
- 7.13. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, no qual se garantirá o contraditório e a ampla defesa.
- 7.14. A aplicação das multas não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.
- 7.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Campo Grande, MS, 14 de dezembro de 2016.

  
CHRISTIAN MARCELO CORRÊA DA COSTA  
PERITO CRIMINAL FEDERAL  
Primeira Classe – Matrícula: 8.981